

Identidades Negadas: histórias e memórias dos Pereira de Abreu “africanos” e seus descendentes do pós-abolição em Minas Gerais, a partir da narrativa das mulheres¹

Denied Identities: history and memory of Pereira de Abreu “Africans” and their descendants on post-abolition in Minas Gerais, based on women’s narrative



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v10i2.2247>

Vanda Lúcia Praxedes

Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Doutora em História e Pós-doutora em Educação pela (UFMG)

valupraxedes@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-5132-0333>

Recebido em: 24/07/2017 – Aceito em 24/08/2017

Resumo: Este artigo procura dar visibilidade à história e memórias referente à Fazenda Mata Cavalo e seus herdeiros – negros alforriados, no segundo quartel do século XIX, tendo como pano de fundo a narrativa de mulheres negras sobre esses seus ancestrais africanos, suas trajetórias e percursos dos descendentes a partir do pós-abolição em Minas Gerais. Optamos por reconstruir a história da Fazenda Mata Cavalo e seus habitantes adotando os procedimentos da pesquisa documental e da história oral, entrecruzando o passado e o presente.

O destino dos Pereira de Abreu no pós-abolição foi a dispersão. Dispersou-se, assim, os espaços existenciais e referenciais da cultura negra dos Pereira de Abreu, além de serem privados de uma série de direitos na atualidade, enquanto comunidade negra.

Palavras-Chave: História - memória – pós-abolição - Fazenda Mata Cavalo - população negra – narrativa.

Abstract: This article looks for giving visibility to the history and memories related to the Mata Cavalo Farm and its heirs (freed blacks) during the second quarter of the 19th century. History and memories based on the black women’s narratives about their African ancestors, their history, and the descendant’s paths after the post-abolition in Minas Gerais. This article reconstitutes the history of the Mata Cavalo Farm and its inhabitants using desk research and oral history, combining information from past and present. After the post-abolition the family Pereira de Abreu had dispersed, resulting in the scattering of their lands and the dispersion of space-based references of the Pereira de Abreu family’s black culture. In addition they had loose several rights which they could claim as a black community nowadays.

Keywords: History - memory – post-abolition - Mata Cavalo Farm – Black population – narrative.

“Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem do hoje e confirmamos que já vivemos um passado” (LOWENTHAL, 1981: 75)

Introdução

¹Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “A história do negro em Minas Gerais: da Colônia à atualidade – Eixo 2: Trajetórias e percursos de negros no pós-abolição. O Projeto teve uma parte financiada pelo Instituto Espinheiro, com o objetivo de elaborar uma reescrita da história de Morro do Pilar – MG, antigo Morro do Gaspar Soares. Até então, a presença negra, seu papel e importância histórica na cidade foi durante longo tempo invisibilizada ou negligenciada nas narrativas da história oficial daquela região.

Este trabalho procura dar visibilidade à história e memórias referente à Fazenda Mata Cavalo e seus herdeiros – negros alforriados, no segundo quartel do século XIX, tendo como pano de fundo a narrativa de mulheres negras sobre esses seus ancestrais africanos, suas trajetórias e percursos dos descendentes a partir do pós-abolição em Minas Gerais.

Optamos por reconstruir a história da Fazenda Mata Cavalo e seus habitantes adotando os procedimentos da pesquisa documental e da história oral, entrecruzando o passado e o presente. A escolha da história oral enquanto uma metodologia no campo do Estudos Qualitativos, foi pelo fato de estar ancorada na narrativa de diversos atores sociais e por determinados pressupostos teórico-epistemológicos que permite a visão e compreensão da história como uma construção histórica dos sujeitos sociais.

Em suas narrativas os sujeitos, no caso as mulheres, não apenas trouxeram à tona suas lembranças, reminiscências e suas interpretações, mas as revivificaram e reinterpretaram suas histórias e de suas famílias. Ao narrarem suas vidas revigoraram, significaram e resignificaram o que viveram, o que viram, o que ouviram contar, o que testemunharam, o que protagonizaram, em uma dinâmica em que foram se (re)conhecendo e se vendo como sujeitos históricos e sujeitos de suas histórias, seus artífices.

As entrevistadas, em suas falas, circularam por territórios simbólicos, onde puderam se localizar e transitar de um contexto ao outro, da família para o trabalho, da infância para juventude, da maturidade para a velhice tendo como pano de fundo a Fazenda Mata Cavalo, a cidade e seus espaços de sociabilidade e, também, de exclusão da população negra em diversas dimensões.

Essas mulheres, emprestaram suas vozes, suas memórias, suas lembranças, retomando e interpretando os fazeres e acontecimentos de suas vidas presentes e pretéritas, como também a de seus precursores e contemporâneos. Ao trazer à tona a Fazenda Mata Cavalo e seus antigos moradores evidenciam os tortuosos caminhos para a inserção dos negros em uma sociedade marcada pelos privilégios de classe, cor e renda. Apesar das transformações sociais recentes, sensíveis a todos, as narrativas evidenciaram os processos sócio históricos que engendraram não só a exclusão social dos povos afrodescendentes, mas a um processo de invisibilidade e subalternidade na sociedade brasileira.

A Fazenda Mata Cavalo no esplendor do século XIX²

A história da fazenda do Mata Cavalo, localizada na zona rural do município do Morro do Pilar, faz parte da memória coletiva e histórica da região de Morro do Pilar.

Do ponto de vista acadêmico, a memória histórica da Fazenda do Mata Cavalo, sua importância na historiografia sobre a escravidão, sobre alforrias e processos de liberdade, sobre vivência e experiência dos povos negros nos últimos anos do sistema escravista e nos primeiros anos pós-abolição no Brasil e em Minas Gerais só foi possível graças a um alentado trabalho de pesquisa, realizado pelos professores Fabio Martins e Yone Grossi, no final dos anos oitenta e início de noventa no Projeto intitulado Memória Histórica da Fazenda do Mata Cavalo.³

A Fazenda do Mata Cavalo pertencera inicialmente a Antônio Francisco Soares. Segundo Antônio Vieira de Matos (1921:9;19) Antônio Soares ao ficar viúvo, decidiu vender a fazenda, adquirida então pelo Dr. José Pereira de Abreu e Lima, que veio para a região no início do século XIX, trazendo seus escravos do Arraial dos Córregos, tendo anteriormente vivido no Serro e Conceição do Mato Dentro.

A formação intelectual de José Pereira, médico e poeta, indica que era originário de família abastada. De modo geral, as famílias mais abastadas de Minas Gerais, inte-

²A escrita da história dessa fazenda incluiu, além do levantamento bibliográfico, um trabalho de pesquisa documental em Arquivos Públicos e Particulares, Cartórios de Conceição de Mato Dentro e entrevistas com descendentes das famílias dos negros alforriados, de pessoas da região e familiares de ex-proprietários da fazenda. Teve como suporte documental as transcrições e os artigos resultantes das pesquisas empreendidas por Fabio Martins e Yone Grossi, sobre a Fazenda Mata Cavalo e seus proprietários na década de 1980, uma vez que devido a mudanças administrativas na Comarca, toda a documentação histórica referente à Fazenda, que se encontrava no Cartório do 2º. Ofício de Conceição do Mato Dentro, foram para outros cartórios e arquivos do Fórum e somente ao final desse trabalho foram localizados parte do acervo referente os Inventários e Testamentos, no entanto a parte criminal, quando foram localizadas, não conseguimos a autorização da Juíza, para além da consulta, efetuar a transcrição em tempo hábil.

³Fábio Martins, professor do Departamento de Comunicação da UFMG, natural de Morro do Pilar e Yone Grossi, professora do Departamento de Sociologia da PUC-Minas, O Projeto intitulado Memória Histórica da Fazenda do Mata Cavalo foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho "História Social de Minas Gerais no século XIX" do Centro de Estudos Mineiros – CEM/FAFICH/UFMG, sob o patrocínio do Ministério da Cultura, quando era titular da pasta José Aparecido de Oliveira.

ressadas na instrução de seus filhos, adotavam a prática de contratar mestres particulares para os estudos de primeiras letras ou mandavam seus filhos para serem preparados em colégios no Rio de Janeiro e na Bahia ou em Seminários, para depois enviá-los à Coimbra e a Montpellier, onde prosseguiram os estudos superiores. De acordo com Virginia Valadares (2004) era costume das famílias da elite manter pelo menos um de seus filhos na Universidade de Coimbra, Portugal, no curso de Direito, em sua maioria e em MontPellier, na França, no curso de Medicina. A partir da instalação de Faculdades no Brasil, no século XIX, a maioria desses herdeiros passaram a ser formados nas escolas de renome daqui. Segundo Mariza Guerra Andrade (2001) a partir do século XIX, mais especificamente 1820, muitos desses filhos, cujos pais eram fazendeiros, comerciantes e militares passaram a estudar no Colégio Caraça.

Dr. José Pereira de Abreu e Lima era um homem de posses, educado e de perfil conservador, como boa parte da elite senhorial. Era proprietário de diversos bens e escravos e, também por isso, detinha o poder econômico na região. Ao falecer, o médico e poeta, nomeou em testamento como herdeiras suas duas filhas: Ignês e Constança. Seguindo a prática jurídica da época, Constança e Ignês contavam com um prazo de dois anos após o falecimento do pai para prestar contas em juízo da execução da testamentaria.

Constança Fortunata vai posteriormente cumprir algumas das disposições testamentárias do pai, dentre elas, a proposição da alforria aos escravos, ao fazer seu próprio testamento em 1883. Nele registra a disposição de deixar livre seus escravos, nomeando-os herdeiros dos seus bens após sua morte.

A busca da liberdade para os diversos homens e mulheres que viveram a maior parte de suas vidas na Fazenda Mata Cavalo, começou com a promessa de liberdade registrado em testamento por José Pereira e só se concretiza de fato com a morte de Constança Fortunata em 1887, ou seja, um processo que durou trinta anos.

Muito provavelmente, nesse intervalo de tempo, vários escravos da fazenda morreram se terem tido a possibilidade de usufruir dessa liberdade,⁴ uma vez que existia uma alta taxa de mortalidade entre a população escravizada. Levando em consideração que a liberdade desses sujeitos esteve condicionada a uma série de eventos, quase todos alheios à vontade daqueles que seriam os principais beneficiários, não se pode falar na concessão dessas alforrias como uma dádiva dos proprietários da Fazenda Mata Cavalo. Considerando o mérito, como uma das condições para serem alforriados, “*aqueles a quem suas herdeiras [Constança e Ignês] julgarem dignos de liberdade*”, é de se supor o quanto tiveram que trabalhar, de amargar o “pão que o diabo amassou”, quantos suores e lágrimas, quantos medos, angústias, quantas humilhações, quantas vezes tiveram que engolir seco e reprimir gestos de fúria, de contrariedade, de sublevação, quantas simulações de afeto, respeito, subserviência, diante do poder de vida e de morte, de prisão e de liberdade, concentrado nas mãos de seus senhores. Trinta anos, esperando por um tempo que não passava, um fim que não chegava, anulando o desejo, a vontade de corpos e espíritos, alquebrados pelo tempo, de um tempo implacável.

É bastante provável que devido a esse longo espaço de tempo para a efetivação dessas alforrias, alguns escravos acabaram sendo alforriados por outras vias, em virtude de algumas leis que foram promulgadas a partir da segunda metade do século XIX, como por exemplo a Lei Saraiva-Cotegipe de 1885, mais conhecida como a Lei dos Sexagenários,⁵ que concedia a liberdade os negros escravizados com mais de 65 anos.

A história dos escravizados da Fazenda Mata Cavalo, enquanto sujeitos sociais, evidencia uma outra face da moeda no processo de luta e resistência ao cativo.

⁴As pesquisas recentes no Brasil e em Minas Gerais indicam que a prática de alforrias com o consentimento dos cativos, era de suma importância para o bom funcionamento do sistema escravista. Existia uma alta incidência de manumissões no Brasil - uma das mais expressivas da América -. A partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queiróz, com a proibição de tráfico de escravos para o Brasil, lei que na prática só surtiu efeito a partir de 1870, em virtude da intensa fiscalização, o fechamento dos mercados de mão-de-obra de africanos comprometia de certa maneira, as negociações em torno da liberdade dos escravos em diversas áreas no Brasil, demandando um rearranjo nas práticas de alforria. Na prática quase não existia concessão de alforria gratuita. Em sua grande maioria ocorria de forma condicional ou paga pelo próprio escravizado de determinada quantia em dinheiro ao seu senhor. Quantia que era negociada diretamente com o proprietário em relação a valor e a forma de pagamento. As práticas de manumissão foram sem dúvida a principal responsável pelo crescimento da população livre de cor ao longo da Colônia e do Império brasileiro.

⁵Lei dos Sexagenários foi promulgada em 28 de setembro de 1885, a Lei previa a concessão da liberdade aos escravos com mais de 65 anos, que já não dispunham de força e disposição para continuar com as péssimas condições de trabalho no cativo. Poucos escravos chegavam aos 60 anos, tornando a lei praticamente letra morta.

Importante lembrar, como afirma Silvia Lara, que escravizado não se fez sujeito apenas quando procurou romper com a escravidão — através de fugas ou revoltas, por exemplo — mas, também, quando conseguiu criar espaços de sobrevivência, isto é, situações cotidianas em que pode negociar a melhoria das condições internas ao cativeiro, que possibilitasse condições de sobrevivência durante uma longa espera para obter a sua liberdade, prometida, muitas vezes, durante anos por seus senhores, como no caso dos escravos da Fazenda Mata Cavalo, no século XIX. Nessa perspectiva é que certamente foi possível construir algumas formas de relações entre senhores e escravizados, como a construída com Constança Fortunata de Abreu e Lima, no interior da Fazenda Mata Cavalo. Conhecida como Mãe Tança era filha reconhecida e legitimada por testamento pelo Capitão José Pereira de Abreu e Lima e de Inácia da Silva Campos, era uma mulher solteira, sem filhos, sem herdeiros.

Constança fez seu testamento em 8 de agosto de 1883. O documento depois que foi lido e achado tudo conforme, foi aprovado pelo Tabelião Fernando José de Heredia. Após a aprovação o mesmo foi “cozido com cinco pontos de retrós preto e outros tantos pingos de lacre vermelho por banda, na Fazenda do Mata-Cavalo, em 8 de agosto de 1883”. Nesse testamento informa que seus pais eram falecidos, assim como sua irmã Ignês e manifesta o desejo de ter seu corpo enterrado no Distrito de Morro do Pilar, onde era sua freguesia, na Igreja Matriz, próximo de onde sua irmã Ignês havia sido enterrada.

Constança registra, também, em seu testamento, sua última vontade:

“Deixo todos os meus escravos livres como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros dos meus bens, com a condição, porém, de ficarem morando, vivendo em sociedade nesta minha fazenda, sem poderem vender nem alienar, por qualquer forma e aqueles que assim o não fizerem não terão parte alguma e serão excluídos”. (Trecho do Testamento Constança de Abreu e Lima, 1883)⁶

Além de seus escravos, Constança Fortunata beneficia ainda um seu compadre chamado Tenente Jorge Benedito Ferreira. Deixa-lhe como herança, pelos “*pelos bons serviços*” prestados,

“...todos os seus trastes de prata [...] e pedaço de terras de cultura, que estão além do rio e principia pelo espigão que vem do alto do Tejucal ao rio, divisando com terras dos herdeiros do finado Salvador Martins Correia, e outro pedaço de campos com poucas capoeiras, no lugar denominado Terra Quebrada, que divisa, por um lado, com Francisco Rofino Ferreira e, por outro, com o mesmo Francisco” (Trecho do Testamento de Constança de Abreu e Lima, 1883).⁷

Constança Fortunata de Abreu e Lima, dona da Fazenda Mata Cavalo, faleceu quatro anos depois, em 21 de agosto de 1887. Como dito anteriormente, sem ter herdeiros diretos, pois sua irmã Ana Ignês já havia falecido, institui e nomeia seus antigos escravos, herdeiros da Fazenda Mata Cavalo e suas extensas terras, além de serem alforriados. Pois para poderem herdar as terras legalmente, não podiam continuar na condição de escravos. Nesse sentido, embora o porte da “carta” fosse um instrumento fundamental para assegurar a liberdade, sem ela não havia garantia dos direitos legais dos alforriados, como por exemplo, o direito receberem as terras da Fazenda como herança.

Consta nos documentos assinados por Constança os nomes dos 43 escravos, homens e mulheres, casados e solteiros, beneficiados com a alforria e propriedade das

⁶Dados levantados e transcritos do Testamento de Constança Fortunata de Abreu e Lima, em 1883, aberto em 1887 quando da feitura do inventário, pelos pesquisadores Yone Grossi e Fábio Martins. Ver GROSSI, Yone. Constança do Serro Frio. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 73, jul, Belo Horizonte, 1991. p.226

⁷Idem, p.226.

terras da cobiçada Fazenda Mata Cavalo. São eles: Antonio, Benigna, Bina, Bobaça, Branca, Brenato, Celestina, Cornélia, Custódia, Diniz, Elax, Emília, Ernesto, Etelvina, Faustino, Francelina, Felício, Generosa, Hipólito, Honório, Irene, Janoaria, João, Jose, Jose II, Josino, Justa, Lino, Margarida, Maizes, Maria, Mônica, Nuno, Patrício, Processo, Regina, Rita, Rofino, Rosalina, Sammuell, Sofia, Tito e Urbano. Essa “herança seria para os descendentes dos escravos até a quinta geração”. Dentre esses contemplados, foi constatado que 4 eram viúvos, 27 casados e 12 considerados solteiros, por não ter o estado civil declarado nos documentos.⁸ Muitos deles, provavelmente eram ainda crianças, em 1857, quando faleceu o pai de Constança, prometendo-lhes a liberdade. Quando a recebem em 1887, já estão bem mais velhos. E muito provavelmente, alguns dos que foram libertos, ainda nem tinham nascido em 1857.

Concretiza-se por fim, para muitos desses homens e mulheres, o longo processo em busca da alforria. Uma alforria “sob condição” é verdade, mas alforria. Diversos estudos sobre alforrias no Brasil e especialmente em Minas Gerais, tem evidenciado essa questão. E as conclusões são praticamente unânimes: a de que a concessão ‘gratuita’ de uma alforria ‘sob condição’, constituiu-se muito mais numa estratégia senhorial de poder e controle sobre trabalho e ação dos escravizados, do que de fato uma demonstração de bondade ou um ato de generosidade por parte dos senhores de escravos. Katia Mattoso (1990:184) ao estudar escravidão e as alforrias na Bahia, faz a seguinte observação:

“Será realmente ‘gratuita’, como gostam de escrever certos senhores, essa liberdade concedida sob a condição de o forro permanecer escravo enquanto vivos forem o senhor, ou seu filho, sua irmã ou qualquer dos outros membros da família? Na verdade, ela é paga muito caro, é sempre revogável e torna o escravo libertável ainda mais dependente, pois ele sabe que a menor desavença, um instante de mau humor, pode pôr abaixo o edifício duramente construído de sua futura libertação.”

Nessa perspectiva caminha a análise de Eduardo Paiva (1995) em seus estudos para Minas Gerais. Ao encontrar o mesmo tipo de situação nas Minas, observa que observa que “essa ‘gratuidade’ acabava sendo compensada com árduo trabalho, humilhações e discriminação”. Mas, ainda que sob condições, a alforria pode ter sido “o feliz resultado de uma negociação cotidiana com o senhor”.

Com a alforria e propriedade da Fazenda, com suas grandes porções de terra para a sobrevivência das diversas famílias ali instaladas, seria de se imaginar que esses africanos e seus descendentes teriam um destino bastante diferenciado da grande massa de ex-escravizados na sociedade brasileira, especialmente no pós-abolição.

Fazenda Mata Cavalo dos Pereiras de Abreu alforriados na história e na memória: lugar de conflitos, de mortes, lutas pela posse da terra

Com a herança, em 1887, nasce uma nova geração de Pereiras de Abreu, agora de origem africana, proprietários da grande extensão de terras da Fazenda Mata Cavalo. Não seria de admirar a cobiça que essas terras poderiam despertar em alguns, aliada, muito provavelmente, ao mal-estar de que os negros ali, proprietários daquela fazenda e de grandes extensões de terras ao redor, estava fora de lugar, um ponto fora da curva, devido ao lugar social reservado aos negros naquela sociedade e ao contexto socioeconômico da época.

Antônio Vieira de Matos(1921), por exemplo, ao se referir às famílias conhecidas

⁸Ibidem. p.226

e reconhecidas socialmente, todas nomeadas pelos sobrenomes, que viviam na região de Morro de Pilar, elencadas em uma longa lista e ao final refere-se aos proprietários da Fazenda Mata Cavalo da seguinte forma:

“há algumas outras, menos importantes ou numerosas – vg. (sic) de libertos, que trazem ou não os nomes dos antigos senhores; ou ainda de pretos (muitos), mulatos, cablocos, os Pereira de Abreu, libertos e numerosíssimos, que formão grande fazenda, deixada para eles em testamento do Dr. José Pereira de Abreu e Lima [...] são os Nuno, Patrício, Diniz, Donato, etc, que são hoje donos da fazenda do Mata Cavalo” (MATOS, 1921: 8-9)

Embora registrado em testamento, o desejo de Constança Fortunata, de que seus herdeiros ficassem morando e vivendo na Fazenda em sociedade, sem nunca vender e nem alienar os bens, não vingou. Várias foram as frentes de lutas, os impasses, desafios e dilemas vivenciados por esses negros e mulatos, na tentativa de obter condições de acesso aos novos direitos civis e políticos, num esforço de inserção na nova ordem econômica e social brasileira.

A história dos negros da Fazenda Mata Cavalo, segundo Yone Grossi (1991:220-221) é uma *“história que se rompe em vários pontos, à medida que outros interesses entram no cenário em jogo. A herança dos libertos será desafiada pela força dos homens e das regulamentações, ou seja, pelo desencadeamento de novas forças sociais...”*.

A liberdade alcançada com alforrias ou com o término da escravidão, teve contornos e significados diferenciados para os ex-escravizados, tanto na área urbana como rural.

O novo regime, apesar de todas as promessas, não chegara para democratizar a sociedade ou criar espaços para uma maior mobilidade social. Por suas características marcadamente oligárquicas, a República brasileira viera para manter intocada uma estrutura elitista, clientelista, hierarquizada e excludente. A mudança de regime político, que transformou súditos em cidadãos, não trouxe de imediato uma mudança de mentalidade na sociedade brasileira, contribuindo para uma inserção social do negro paradoxal e incompleta. O que levou Florestan Fernandes a afirmar

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel”. (FERNANDES, 1965:29)

Sob o signo republicano se dá o processo de regulamentação das normas jurídicas relativas à propriedade da terra, revogando os últimos resquícios de uma legislação que frequentemente misturava o legal com o costumeiro. Ocorre, ainda, em finais do século XIX, o estabelecimento de impostos territoriais, tanto no Rio de Janeiro quanto em Minas Gerais, mesmo que aparentemente permanecesse letra morta, do ponto de vista das rendas estaduais e da restrição do latifúndio, comprometeram a posse da terra para alguns, a transmissão de heranças e manutenção de propriedades. Em muitos casos serviu de instrumento para apropriação de terras alheias.

Em se tratando dos herdeiros da Fazenda Mata Cavalo, a partir da década de 1930, a ocorrência uma série de tensões, enfrentamentos e conflitos, vão se configurando como a construção de uma fina trama muito bem urdida e tecida, para a tomada das cobiçadas terras. E cujo enredo final foi a perda das terras para uma fração da elite agrária da região naquela época, ou seja, as terras da Fazenda Mata Cavalo vão passando para as mãos de “fazendeiros poderosos da região”. Na análise de Yone Grossi (1997:9) “*os negros libertos e, seus descendentes tornam-se então, sujeitos de uma dupla herança: herdeiros da situação de escravidão que dificulta o acesso à cidadania, e da luta para reaver a terra*”.

Segundo informações encontradas na pesquisa de Yone Grossi e Fábio Martins e em documentos dispersos em Cartórios, os proprietários negros da Fazenda Mata Cavalo e seus descendentes começam a perder suas terras, quando em dezembro de 1930, em função de uma ação executiva, movida contra Benedito Pereira de Abreu, para a cobrança de custas. Como o mesmo não apresentou nenhum embargo, procedeu-se à penhora de seus bens. Já morando na cidade de Morro do Pilar, Benedito Pereira não tinha meios para dispor da quantia de 473 mil réis necessárias para efetuar o pagamento devido e suas terras vão a leilão. Ainda, em dezembro do mesmo ano, novas terras da fazenda vão sendo penhoradas e postas em leilão. Em abril de 1932, as terras penhoradas pertencentes a Manoel e Honório Nunes Pereira, foram vendidas ao advogado Oscar Silva. De novo em 1935, uma carta de arrematação foi passada a favor do mesmo advogado, que foi extraída dos autos referente a ação executiva movida por Jorge dos Santos Pereira, perderam as terras: Benedito Raimundo Pereira de Abreu, Manoel Nunes Pereira de Abreu, Frederico Pereira de Abreu e Benedito Primo Pereira de Abreu. Constata-se ainda, que embora Jorge dos Santos Pereira, fosse, também, descendente dos escravizados de Mata-Cavalo, em conflito com os demais proprietários, move contra eles, uma ação executiva.

Segundo Yone Grossi (1991), no auto de penhora estão elencados os seguintes bens:

“uma casa nova de vivenda coberta de telhas, com cinco compartimentos, sendo três assoalhados e dois térreos, com esteios de braúna, somente barreada, inclusive uma área de dois ou três litros mais ou menos, plantações de bananeiras, com uns pés de café, situada na Fazenda de Mata-Cavalo, município de Morro do Pilar, avaliada por 600 mil réis; um casebre muito ordinário, com bananeiras e pés de café; uma pequena área de terra, na serra, no lugar denominado Costa, distrito de Morro do Pilar, pertencente Manuel Nunes de Abreu”. (Trecho do Auto de Penhora). (GROSSI, 1991:229-230)

Com base nos dados e documentos levantados pela pesquisadora Yone Grossi e Fábio Martins (1989,1991,1997) as terras dos negros proprietários da Fazenda Mata Cavalo que foram a leilão, foram arrematados pelo Dr. Oscar Silva, conhecido advogado de Conceição do Mato Dentro e vendidas ao fazendeiro de Morro do Pilar, Sr. José Batista Ferreira (Inhôzinho), em 26 de fevereiro de 1941. Inhôzinho, era filho do latifundiário, Teófilo Thomaz Ferreira.

Em 1939, as terras adquiridas por Teófilo Thomaz, ao longo dos anos, foram sendo ampliadas e passaram a compor área de três fazendas: a da Laje, do Salvador e a do Mata-Cavalo herdadas pelo filho, José Batista Ferreira.

Em 1941, ao comprar a outra parte das terras do Mata Cavalo, do advogado Oscar Silva, providenciou a demarcação das terras. O fazendeiro Inhôzinho, tal como o pai Teófilo, foi ao longo dos anos adquirindo outras áreas, de pequenos proprietários e lavradores negros que ainda viviam na região, ampliando assim suas propriedades até o ano de 1956.

Segundo GROSSI (1991:227) em 1957, a Fazenda Mata Cavalo, com o nome de Fazenda Cachoeira ou Bom Retiro foi vendida para Leandro Ordones de Castro. Desde 1985 a Fazenda já esteve nas mãos de vários donos. De acordo moradores da região, a Fazenda Mata Cavalo, tal e qual se conhece hoje, sofreu algumas modificações, teve algumas partes reconstruídas, mas não teve alteração substantivas em seu estilo.

Durante mais de vinte anos, as terras e áreas construídas da Fazenda foi o cenário de lutas, conflitos judiciais, reivindicações e assassinatos. As pesquisas trouxeram à tona uma série de documentos referente as contendas, conflitos judiciais e os assassinatos na Fazenda Mata Cavalo que não saem da memória dos descendentes. Traziam ainda a informação de que nos diversos cartórios da cidade de Conceição do Mato Dentro, cidade próxima a Morro do Pilar, existiam vários processos movidos tanto por negros, quanto por latifundiários envolvidos na luta pela propriedade dessas terras. Os trabalhos de GROSSI (1991;1997) já chamava a atenção para o Cartório do Crime, onde se encontrava “intrigantes processos sobre a questão”.

A documentação compulsada trouxe evidências de muitas histórias que até então só era contada pelos descendentes dos Pereira de Abreu. De resto, o que havia ficado enquanto construção histórica na região, eram as narrativas em torno da figura mítica da “Mãe Tança”, aquela que concedeu alforria aos seus escravos, deixando-lhes como herança a histórica fazenda.

Para alguns dos antigos moradores da Fazenda Mata Cavalo descendentes dos Pereira de Abreu alforriados, os tempos de lutas foram tempos difíceis, de muito medo e sobressaltos. Uma das descendentes entrevistadas, D. Maria Jesus Pereira, 102 anos na época, uma das descendentes mais antiga dos Pereira de Abreu, viúva, nascida e criada na Fazenda Mata Cavalo, residente em Belo Horizonte, no Bairro Pindorama. Filha de Alfredo e Idalina e neta pelo lado materno de **Rita** e Clarindo e pelo lado paterno Vitoria e **Josino**⁹. Rita, a avó foi uma das negras alforriadas pela Constança Fortunata. Portanto, D. Maria de Jesus é a 3ª geração dos Pereira de Abreu.

Sobre os tempos difíceis para da Fazenda Mata Cavalo, D. Maria de Jesus Pereira, mantém viva, a memória daqueles tempos,

“Nós ficávamos lá era assustado, porque o pessoal de Conceição [do Mato Dentro] mandava a polícia ficar de plantão, para vigiar as pessoas, não podia nem entrar na propriedade dos outros. [...]o meu pessoal foi saindo de lá, uma saía de noite escondido, outros ficavam lá pro mato durante o dia e vinha em casa só para comer, mas ficava no mato. Fora não tinha sossego, não tinha sossego não. [...] foi indo, foi indo, os mais velhos foram acabando e os novos só queriam saber de cascar fora. Tinham medo....” D. Maria de Jesus Pereira.¹⁰

D. Maria Pereira da Conceição, 72 anos, casada, aposentada, residente em Belo Horizonte, nascida na Fazenda Mata Cavalo, é uma das filhas de D. Maria de Jesus chegou a viver lá por bom tempo, complementa o relato da mãe,

“Era uma terra que era da gente e a gente não tinha direito. E onde tinha uma terra melhor, se você fosse fazer uma plantação, se você fosse mexer ali era embargado, Eles não deixavam, então era assim! Pelo menos na minha época já era assim, na minha época quem estava lá era o Inhôzinho. Tinha lá uns capangas, que mandavam ficar vigiando os outros....”¹¹

⁹ Rita e Josino fazem parte do grupo dos 43 alforriados por Constança Fortunata na Fazenda Mata Cavalo.

¹⁰ D. Maria de Jesus Pereira, entrevista concedida em 30/08/2014, em sua residência em Belo Horizonte.

¹¹ D. Maria Pereira da Conceição, entrevista concedida em 30/08/2014, na residência de sua mãe, D. Maria de Jesus Pereira.

D. Maria de Jesus Pereira, aos 102 anos, pode ser vista como monumento/documento, uma das principais guardiãs da tradição viva da Fazenda Mata Cavalo e da presença negra na região. Nascida em setembro de 1912, conviveu com boa parte da primeira geração dos negros proprietários do Mata Cavalo, todos conviviam com sua avó Rita e do avô Josino. Alguns deles eram compadres de seus pais, alguns padrinhos de seus tios. Viu muitos casamentos serem realizados na Fazenda. Suas histórias desmitifica a áurea mítica criada em torno de Mãe Tança. Segundo D. Maria, alguns dos que viviam na Fazenda falavam

“que ela era muito ruim para alguns. Eles trabalhavam muito. [...] Ela era a dona da Fazenda e tudo o que eles faziam naquela fazenda era para tratar dela, Era igual uma abelha rainha, todo mundo trabalhando para ela. Contavam que era uma mulher rica, o povo falava dos ouros, das joias dela. As joias eram trancadas a chave e que segundo eles ficavam enfiadas na algibeira” (D. Maria de Jesus Pereira)

Ainda sobre esse período de tensões e conflitos, outra descendente de alforriados da Fazenda Mata Cavalo, D. Tereza Maria Ferreira, mais conhecida como D. Tereza do Carioca, casada, 78 anos, parteira, nasceu e viveu muitos anos na Fazenda Mata Cavalo. Filha de Maria Oscarina, que nasceu na Lapinha e *Benedito Primo Pereira de Abreu*, nascido e criado na Fazenda do Mata Cavalo. Pelas histórias contadas, cotejadas com documentos, sabe-se que o seu pai foi um dos herdeiros que perderam as terras numa ação executiva movida por Jorge dos Santos Pereira, também herdeiro, em 1935. D. Tereza relembra as histórias que seu pai contava.

“eles passavam muita luta e depois disso eles foram lá, ajuntaram e mataram dois negros lá e por isso que eles ficaram muito tristes, né! Mataram dois negros e um ficou baleado. Foi um povo que entrou lá para tomar o terreno, ai eles pelejaram, pelejaram, mas não teve jeito. Na verdade antes não teve crime, nem nada, é porque eles serraram madeira para vender, serravam nas mãos as tábuas para vender, para comprar as coisas, então os que chegaram não queriam deixar eles tirarem as coisas [a madeira]. Era deles mesmo, mas os outros eram mais poderosos, não queriam que tirassem as madeiras[...] Nós largamos a terra lá, muitos largaram lá sem vender, perdeu e ai ficou para aqueles poderosos que ficou lá, nós não vendemos, ninguém, quase ninguém vendeu, largaram, perderam a terra....” (D. Tereza do Carioca)¹²

Também para D. Maria Pereira, as mortes na Fazenda é uma questão dolorosa. Segundo sua narrativa

“um fulano de tal¹³ de Morro do Pilar foi quem mandou! Foi em Conceição, juntou a polícia, esconderam em um lugar chamado Areias. Tinha um tal de Nuno que morava próximo a casa grande, com seu filho Diomedes. Ele foi um dos que morreram. Ele tinha chegado, foi amolar uma foice para pegar um roçado e este tal de Morro do Pilar estava escondido na Areia com a polícia para pegar eles, para não deixar ele começar o roçado. Mas quando eles chegaram, morreram todos coitados. La no solo ficou o soldado que Diomedes deu a foçada nele no pescoço. Ele também caiu por lá.[...] Não teve justiça pra nada. Tudo isso só para ficar com a nossa terra, que eles falavam que o Jose Pereira não pagava os impostos da terra. Eles falavam que o Zé Pereira deixou a terra para nós....” (D. Maria Pereira)

¹² D. Tereza Maria Ferreira, entrevista concedida em 22/01/2014, em sua residência no Carioca, zona rural de Morro do Pilar.

¹³ O nome foi preservado para se evitar algum tipo de constrangimento

D. Tereza do Carioca, como já dito anteriormente, filha e neta de descendentes dos Pereira de Abreu, por exemplo, nos contou várias histórias, ouvidas de seu pai, especialmente nos dias de chuva, quando ficavam reunidos esperando o tempo melhorar. Conta, ainda, que não teve condições e oportunidade de estudar, porque “*era muita luta, nem professora tinha por lá, era difícil ir à escola, era longe, a distância de uns cinco a dez km*”, mas repete a história do José Pereira de Abreu e Lima e Constança Fortunata, contada por seu pai, como se estivesse lendo as páginas do testamento:

“Naquele tempo, o tempo do Zé Pereira velho, Zé Pereira era o que eles falavam que era como um rei, ai ele tinha duas filhas. Uma chamava Ana e a outra chamava Constância, e ai tinha os escravos. Todo mundo trabalhava lá com ele. Buscava lá as comidinhas. Tinha um lugar lá de fazer as comidinhas, pra todo mundo ir lá buscar, tinha as esposas deles, tinha as coisinhas para elas, mas para elas comerem alguma coisa lá, tinha que ir buscar [...]lá, na fazenda dele la, eu me lembro que ainda tem o lugar lá! Nós moramos lá. Depois quando ele foi ficando mais velho [o Dr. Jose Pereira de Abreu e Lima] ele fez um testamento falando assim: ‘por minha felicidade tive duas filhas Ana e Constância, nenhuma delas [ele falava assim: que não era de mãe de pai, quer dizer, ele não era casado: tive duas filhas natural Ana e Constância]. Nenhuma delas são filhas legítimas, mas são filhas naturais, então deixo os meus bens que eu possuo, porque tudo o que era dele, era 1.800 alqueires. Era dele o terreno, deixo o meu bem, uma pela outra e em falta de uma e outra, fica com meus escravos. Assim ele morreu, ai morreu a Ana primeiro e ficou a Constancia, que era chamada de mãe Tança. Ai quando ela foi ficando mais velha, ele contava [o seu pai] que ela tinha uma rapadura de ouro, tinha um caixinho de banana de ouro, tinha um saco de ouro em pó. Então entrou um povo lá, que disse que era para cuidar dela, e foi carregando aqueles trem. Esse trem está lá no Rio, mas não podia vender, porque está com a assinatura dele. E depois que ela morreu a Fazenda ficou sendo dos escravos. Eles podiam tudo. Depois teve um deles que falou: ‘eu preciso de um branco aqui e ai vendeu um pedacinho para um e dali foram vendendo. Um vendeu ali para um mais inteligente. [...] e foram vendendo, vendendo....” (D. Tereza do Carioca)

Essas histórias, contadas de diferentes maneiras, inclusive por outros descendentes entrevistados, demonstram que apesar dos diferentes textos e contextos, ao largo de uma sociedade que se modernizava, os negros e seus descendentes vão sendo relegados ao seu próprio destino, desterrados em suas próprias terras, banidos de seus territórios enquanto lugar e enquanto espaços identitários, pela força das armas e das leis, que lhes eram desconhecidas.

A antiga classe senhorial agora elevada à condição de elite agrária amplia seus poderes na Primeira República e mantêm as marcas de distinção: o letramento, o saber jurídico e as relações clientelísticas, que sempre podiam ser acionadas para a manutenção do *status quo*. A ideia, o acesso e alcance dos direitos estava, ainda, atrelado a hierarquias, papéis sociais, conhecimentos e apropriações de saberes jurídicos e por que não a categorias raciais e a definição de quem eram cidadãos!

Com a perda das terras, boa parte dos Pereira de Abreu e seus descendentes passaram a trabalhar como empregados nas terras que por algum tempo lhes pertencera ou nas fazendas próximas, como a Fazenda Salvador, que fazia divisa com a do Mata Cavallo, que também pertencera a Teófilo Thomaz e foi herdada pelo seu filho Joaquim Tomaz.

A política da primeira republica manteve o sistema de dominação oriundos do período colonial-

imperial, constituída em torno de relações pessoais clientelistas, compadrio, reforçando o poder da elite agrária, agora chamado de coronel. Era essa elite que dominava o país, com a chamada política do café com leite. O povo pobre continuava na dependência dos favores do grande fazendeiro – desde um serviço médico, até a concessão de terras para a exploração de uma pequena roça, no sistema de meação. Em troca, poderiam prestar alguns serviços ao coronel. Nessa perspectiva as eleições representavam apenas um desdobramento dessas relações de favores materializadas no cotidiano dessas populações.

Com o ritmo acelerado do desenvolvimento industrial nos anos 1940-1960, trouxe oportunidades para que vários descendentes dos negros da Fazenda Mata Cavalo, pudessem deixar a cidade de Morro do Pilar e migrar para outras cidades, onde passaram a integrar-se no mercado de trabalho como assalariado. E assim foram se espalhando por várias cidades próximas a Morro do Pilar, tais como Serro, Diamantina, Conceição do Mato Dentro, Sete Lagoas, Lagoa Santa, Santa Luzia, Belo Horizonte, Pedro Leopoldo e Matozinhos.

Atualmente, ainda é possível encontrar uns poucos descendentes dos Pereiras de Abreu vivendo na zona rural de Morro do Pilar, e entre os que residem na área urbana, curiosamente estão quase todos concentrados no Bairro Santa Luzia. Embora tenham se espalhado conservam uma ancestralidade e história comum. As histórias e experiências vividas dos ancestrais vão sendo recontadas de geração em geração. Vários descendentes dos Pereiras de Abreu, de diversas gerações, que foram entrevistados, recontaram histórias do cotidiano da Fazenda Mata Cavalo, seja porque viveram, seja porque ouviram as histórias contadas pelos pais, pelos tios, pelos avós.

Considerações Finais

Fortemente enredados na tradição oral, esse grupo de descendentes dos negros da Fazenda Mata Cavalo, foram elaborando com o passar dos anos, uma visão de mundo, de suas experiências vividas, que tem na oralidade suas referências. Mais do que fontes inesgotáveis para a compreensão da inserção dos negros na sociedade brasileira a partir do pós-abolição, o processo histórico de exclusão social e, tudo que envolve a história e cultura negra no Brasil.

Não se pode esquecer que o Brasil foi o último país escravista no mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana, em 1888, após ter recebido, ao longo de mais de três séculos, aproximadamente quatro milhões de africanos como escravizados. Essa presença no Brasil deixou marcas visíveis não somente nos indicadores sociais que revelam as desigualdades que afetam a população afro-brasileira. Os legados da diáspora africana no Brasil e no mundo podem ser reconhecidos também em práticas culturais diversas, como por exemplo, as músicas, as festas e rituais que sobrevivem em comunidades urbanas, rurais e remanescentes de quilombos e grandes centros urbanos. Além disso, não se pode perder de vista os diversos saberes oriundos do continente africano e reproduzidos e ressignificados em vários lugares do mundo, e que influenciaram e continuam a influenciar diversos povos e culturas.

O destino dos Pereira de Abreu no pós-abolição foi a dispersão. Dispersou-se, assim, os espaços existenciais e referenciais da cultura negra dos Pereira de Abreu, além de serem privados de uma série de direitos na atualidade, enquanto comunidade negra.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M.G. A educação exilada – Colégio Caraça. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- ARAUJO, Maria Lúcia Viveiros. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. *Revista Histórica, Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*, n.6, out, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/>.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 1. O legado da raça branca. São Paulo: Dominus Edusp, 1965.
- GROSSI, Yone. Constança do Serro Frio. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 73, jul, Belo Horizonte, 1991.
- GROSSI, Yone; MARTINS, Fábio. Herança negra de liberdade e exclusão. *Caderno História*, v.2,n.2, p. 7-22, jun, 1997.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, 17, São Paulo: Educ, 1981. p. 75. Citado por DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. *Revista História Oral*, n. 6, 2003, p.9-25.
- MARTINS, Fábio; Os negros da Fazenda Mata Cavalão e o sonho da Mãe Tança. *Revista Minas Gerais*, n. 20, outubro, 1989.
- MATOS, C.A.V. *Indagações e notícias sobre o Morro do Gaspar Soares*. Diamantina: Gráfica A Estrela Polar, 1921.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*, São Paulo, n.133, p.49-57, 2º semestre, 1995.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: ed. Moderna, 2005.
- POULET, G. O espaço proustiano. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 54-55. Citado por DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. *Revista História Oral*, n. 6, 2003, p.9-25.
- REIS, Liana Maria. Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.8, n.10, p. 11-23, 2º sem., 2006.p. 12.
- TEIXEIRA, Inês A. de Castro; PRAXEDES, Vanda Lucia. *História Oral e Educação: tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas*. In: VISCARDI, Cláudia M. R. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 155-168.
- VALADARES, Virginia M.T. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Ed. Colibri, 2004.